

DICAS

PÓLIS-ILDESSES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

GS Nº 122

1998

PROJETO CIDADÃO

Esta é uma das cinco experiências premiadas como destaque no ciclo de premiação de 1998 do Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford.

Por falta de informação ou acesso aos serviços públicos, grande parte da população, principalmente da zona rural e dos bairros periféricos, não tem documentos básicos, como carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, entre outros. Por conseqüência, estas pessoas vivem à margem da condição civil. Além disso, esta lacuna nos registros dificulta o planejamento de políticas sociais e a oferta de serviços por parte do Estado.

Para combater essa forma de exclusão social, o poder público pode deslocar unidades de atendimento para estas regiões, prestando serviços gratuitos, sem burocracia e com agilidade. É possível oferecer outros serviços, além da emissão de documentos.

EXPERIÊNCIA

No estado do Acre (483 mil hab.), o IBGE calculava que aproximadamente 68% da população não tinha registros civis, isto é, não possuía documentos. As populações excluídas das estatísticas eram basicamente as comunidades residentes nas periferias dos centros urbanos, nas colônias, nos seringais, nos locais de assentamentos e reservas extrativistas. Dessa forma, não havia uma estimativa do total da população do Estado.

Em 1995, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre deu início ao Projeto Cidadão, um sistema de atendimento que vai até a comunidade. Atuando em várias cidades, o projeto busca levar postos de atendimento até a população local, viabilizando a expedição de documentos. O Projeto é desenvolvido em comunidades de baixa renda, estando aberto a toda a população. Nesses postos são expedidos gratuitamente registro de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, certidão de casamento, cadastro de pessoas físicas (CPF), título de eleitor, alistamento militar, reconhecimento de paternidade, entre outros.

O sistema de atendimento também fornece, gratuitamente, o material necessário para emissão de documentos, por exemplo, fotos 3 X 4. Assim, os documentos podem ser retirados na mesma hora, sem acarretar maiores gastos de tempo ou dinheiro para a população.

Devido à facilidade dos processos, há pessoas que se casam no próprio posto de atendimento do Projeto Cidadão. Foram realizados casamentos inclusive de pessoas com mais de 70 anos, que não haviam se casado antes porque não tinham carteira de identidade.

O Projeto Cidadão também auxilia no processo de assentamento do INCRA no Acre: através da expedição gratuita de registro de nascimento, carteira de identidade e CPF, facilita a requisição do título de posse da terra e financiamentos.

Já foram implantados postos de atendimento do Projeto Cidadão em 14 dos 22 municípios do Acre. Há um inclusive na capital, Rio Branco (228 mil hab.). No município de Sena Madureira (23 mil hab.), interior do Acre, o projeto foi levado até a colônia penal, onde os detentos e suas famílias puderam usufruir os serviços prestados.

POLÍTICAS ARTICULADAS

Inicialmente, o projeto restringia-se ao fornecimento gratuito de documentos. Atualmente, o projeto oferece também atividades recreativas, educativas e preventivas, voltadas para o lazer, cultura e saúde.

O Projeto é coordenado pelo Tribunal de Justiça

do Estado do Acre. O Tribunal é responsável também pela expedição de registro de nascimento, realização de casamentos com dispensa de proclamas, audiências com juízes e reconhecimento de paternidade.

Além disso, o Projeto conta com a parceria de diversos órgãos governamentais e não-governamentais. A Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica colabora com palestras para esclarecimento de questões jurídicas para a população. Os alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Acre auxiliam na elaboração de petições. Por sua vez, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente trata dos assuntos referentes ao menor, com a apuração de denúncias. A Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública emite carteiras de identidade, enquanto o Tribunal Regional Eleitoral emite títulos de eleitor e os Correios fornecem o CPF. O Ministério do Trabalho emite carteiras de trabalho e presta informações ao trabalhador. O INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) oferece informações sobre a previdência social. Além disso, a Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social/SINE cadastra os interessados em cursos profissionalizantes, encaminhando-os para o mercado de trabalho.

A TV Acre é responsável pela divulgação do projeto e patrocina as fotos necessárias para a emissão dos documentos. A Prefeitura Municipal de Rio Branco participa através de sua Junta de Alistamento do Serviço Militar, contribuindo com transporte e fornecimento de alimentos para os voluntários que trabalham no projeto. A EMBRATEL fornece voluntários e transporte. O SESI (Serviço Social da Indústria) desenvolve atividades na área de saúde, com vacinação, verificação de pressão, atendimento médico e odontológico, doação de sangue, exames e distribuição de preservativos. O SESC (Serviço Social do Comércio) propicia atividades de lazer às comunidades, enquanto o SENAC (Serviço Nacional do Comércio) realiza cortes de cabelo. A Polícia Militar do Acre é responsável pela segurança.

O Projeto Cidadão também atua no combate à violência. Tendo constatado que o Acre era um dos estados mais violentos do Brasil, o Tribunal de Justiça elaborou uma pesquisa para detectar os bairros mais violentos e desenvolveu o Programa

de Combate à Violência, articulado com o Projeto Cidadão. Há postos em parceria com a Comunidade Solidária onde são trocadas armas por gêneros alimentícios. Também foi instituído o concurso de redação para os alunos matriculados nas escolas do bairro assistido. Os temas dos concursos estão relacionados a cidadania, segurança, violência. Os prêmios consistem em bicicletas, bolsas de estudo e livros. As ações para o combate à violência incluem a realização de palestras, a exibição de vídeos, distribuição de folhetos, cartazes e matérias de jornal.

Em Rio Branco, aproximadamente 150 pessoas participam do projeto. Nos municípios do interior a quantidade de servidores envolvidos varia de acordo com a densidade populacional do município. As parcerias também podem variar de um município para outro, em alguns casos, o IBAMA também participa do projeto. Em outros casos, o DETRAN oferece atividades educativas.

■ EXECUÇÃO DO PROJETO

O Projeto Cidadão é realizado mensalmente. Com 15 dias de antecedência, reúnem-se re-

presentantes de todos os órgãos envolvidos e lideranças do bairro que será atendido. Estas lideranças são escolhidas pela própria comunidade e convidadas pela coordenação do Projeto. Nesta reunião discute-se o calendário das atividades a serem executadas no bairro. Definido o calendário, no decorrer da semana que antecede a realização do projeto, servidores do Tribunal de Justiça fazem ampla divulgação do Projeto nas escolas, mercados públicos, bares, residências e igrejas do bairro. A divulgação é feita também através de televisão, jornais e principalmente rádios, anunciando-se o nome do bairro que será atendido e o calendário das atividades, convidando a população do bairro a participar.

É dada preferência aos bairros mais populosos, habitados por população de baixa renda e desempregados. Não há seleção de beneficiários, toda a comunidade local pode ser atendida.

O atendimento ocorre no período de uma semana, geralmente em escolas ou centros comunitários dos bairros selecionados. No bairro Aeroporto Velho, em Rio Branco, em uma semana, a programação se constituiu na prestação de serviços e na realização de atividades nas áreas de saúde, esporte, cultura e lazer. Durante toda a semana houve emissão de

documentos, prestação de serviços do juizado cível, troca de armas de fogo por alimentos nos postos autorizados, trabalhos educativos do DETRAN, atendimento ao comerciante (SEBRAE), corte de cabelo pelo SENAC e curso de artesanato com palitos. Na área de saúde, houve verificação de pressão arterial e atendimento odontológico voltado à prevenção, ensinando a escovar dentes, por exemplo. O Corpo de Bombeiros ministrou uma palestra de primeiros socorros e prevenção. Também houve palestra sobre alcoolismo, tóxicos e dependência química. Na área de cultura e lazer, houve exposição de fotos, apresentações de capoeira, judô, jiu-jitsu e taekwon dô.

■ DIFICULDADES

Uma dificuldade enfrentada foi a emissão de CPF. Como a Receita Federal e o Correio não aceitam expedir o CPF gratuitamente, foi preciso que o Tribunal de Justiça assumisse os custos, efetuando o pagamento ao Correio.

Outra dificuldade é a locomoção no interior do Estado, prejudicando o atendimento à população ribeirinha (que mora à margem dos rios) e dos seringais.

RESULTADOS

O principal resultado do Projeto Cidadão é o seu impacto sobre a cidadania. Milhares de pessoas saíram da condição de "clandestinidade" e passaram a integrar o contingente dos cidadãos, tendo identidade e direitos frente ao Estado. Esse fato influencia a relação Estado e sociedade civil. Por um lado, as estimativas permitem o planejamento de políticas públicas sociais; e, por outro lado, as instituições do Estado tornam-se mais presentes na vida do cidadão comum, ajudando a reduzir os índices de violência. Um outro impacto sobre a cidadania é a garantia de direitos: legalização do trabalhador, institucionalização da família, garantia de manutenção sócio-econômica de crianças (com o reconhecimento de paterni-

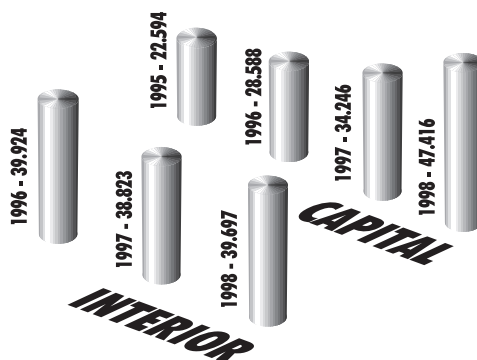
dade) e a regularização civil de certidões através da expedição de documentos básicos.

O projeto inovou ao atender a clientela que geralmente dependia de favores políticos para conseguir seus documentos. No Esta-

do do Acre, particularmente, isso muda o quadro da disputa pela terra porque, antes, as políticas de assentamento, colonização, agroextrativismo e cooperativismo esbarravam na inexistência formal das pessoas que, portanto, não po-

diam ter a posse da terra. Um exemplo do resultado das ações integradas do Projeto Cidadão pode ser dado através da história da escola Gomes de Carvalho, em Rio Branco. Essa escola era palco de atos de violência contra professores, alunos e vigias. Funcionando como posto do Projeto Cidadão, a instituição é hoje uma referência para a comunidade. Durante o ano, os alunos participam de atividades de recreação, cursos profissionalizantes e educativos. Em 1993, havia 976 alunos matriculados na escola, sendo que 236 foram reprovados e 154 desistiram de estudar naquele ano. Em 1997, notou-se uma melhoria no desempenho escolar: dos 1.330 alunos matriculados, 100 foram reprovados e 133 desistiram.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DO PROJETO CIDADÃO NA CAPITAL E NO INTERIOR - 1995 A 1998.



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Autora: Ana Paula Macedo Soares, a partir dos relatórios oficiais do programa

Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil
CEP 05414-010 - Telefone: (011) 853-6877 - Fax: (011) 852-5050 -
e-mail: polis@ax.apc.org